

Estado do Paraná CNPJ nº 77.008.068/0001-41 Departamento de Licitações e Contratos

Comissão Permanente de Licitações

Termo de Justificativa – Dispensa de Licitação

Processo Licitatório: Processo dispensa Nº. 86/2020

Processo Administrativo: nº 425/2020

Ementa: Materiais e Equipamentos Para a Rede de Telefônica e Mão de Obra Especializada - CRAS e CREAS

Base Legal: Artigos 23, inciso II, alínea " a", e 24, §1°, da Lei n°. 8.666/93, de 21.06.93.

Empresa: NEREI VALENTIN - ME , inscrita no CNPJ nº 82.587.288/0001-07.

O Município de Ibaiti, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 77.008.068/0001-41, Inscrição Estadual Isento, com sede à Rua José de Moura Bueno, 23, Praça dos Três Poderes, na cidade de Ibaiti – Paraná, representado por seu Prefeito, o Senhor Antonely de Cássio Alves de Carvalho, necessita da Materiais e Equipamentos Para a Rede de Telefônica e Mão de Obra Especializada - CRAS e CREAS.

Há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para o ano corrente, conforme consta no processo, para realizar a presente contratação.

O menor valor proposto tem seu total estipulado em R\$ 3.968,00 (Três Mil, Novecentos e Sessenta e Oito Reais), ofertado pela empresa NEREI VALENTIN - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 82.587.288/0001-07, sediada na TRAVESSA ANTONIO RUIZ MULERO, SN - CEP: 84900000 - BAIRRO: BELA VISTA CIDADE/UF: Ibaiti/PR.

O valor proposto no orçamento enquadra-se no disposto no art. 23, inciso II, alínea " a" e no art. 24, inc. II, da Lei nº. 8.666/93, mencionando a dispensa de licitação para contratação de serviços e compras, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação.

Destaca-se que a alínea " a" do art. 24, inc. II, da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, foi alterado pelo Decreto 9.412/2018, publicado no DOU de 19/06/2018, que corrigiu os valores nos seguintes termos:

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I: a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

Desta forma passou-se a vigorar que é DISPENSÁVEL a licitação quando o valor para compras for de até 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, " a", R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil



Estado do Paraná CNPJ nº 77.008.068/0001-41 Departamento de Licitações e Contratos

reais), ou seja, o valor máximo de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

III - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Nota-se que o valor da contratação está dentro do limite previsto em lei, com isto, objetivamos atender aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, realizando a presente contratação.

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236),

"A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública."

A empresa a ser contratada com o menor valor, encontra-se apta para o fornecimento dos materiais a serem adquiridos e a prestação dos serviços a serem contratados considerando as certidões negativas apensadas:

- 1) Prova de inscrição no CNPJ com atividade pertinente ao certame;
- 2) Contrato Social ou Certificado de microempreendedor individual
- 3) Certidão de Tributos Federais;
- 4) Certidão de Tributos Estaduais;
- 5) Certidão de Tributos Municipais;
- 6) Certidão do FGTS;
- 7) Certidão Trabalhista;
- 8) Consulta de Impedidos de Licitar TCE-Pr
- 9) Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Assim, com fundamento nos artigos supracitados da Lei nº. 8.666/93 e na urgência da aquisição e da contratação para As novas Unidades de atendimento do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social Guilherme Canto Darin e CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social Farjalla Jorge Fadel estão abertas e em pleno atendimento ao público já há alguns meses. E como se trata de prédios novos, os mesmos não contam em suas dependências com a Central de Atendimento Telefônico. O que torna a solicitação urgente e justificada, pois as duas Unidades atendem diariamente várias pessoas em vulnerabilidade social, ou que precisam de apoio, orientação ou assistência nos diversos seguimentos



Estado do Paraná CNPJ nº 77.008.068/0001-41 Departamento de Licitações e Contratos

dos serviços disponibilizados por estas Unidades. Salientamos que até o momento todas as solicitações feitas foram atendidas, mas afirmamos que não é possível ficar sem estes equipamentos, pois corremos o risco de não atender com primazia como sempre o fizemos, apresentamos a justificativa para ratificação e demais considerações que por ventura se fizerem necessárias.

Ibaiti-PR, 15 de Outubro de 2020

Fernando Lopes de Siqueira Presidente da Comissão Permanente de Licitação Portaria nº 2233, de 20/04/2020

Elaine Aparecida de Freitas Membro da Comissão Permanente de Licitação Portaria nº 2233, de 20/04/2020 Wilson Oscar Petry Membro da Comissão Permanente de Licitação Portaria nº 2233, de 20/04/2020



Estado do Paraná CNPJ nº 77.008.068/0001-41 Departamento de Licitações e Contratos

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa a Licitação nº 86/2020 Processo Administrativo nº 425/2020

Objeto: Materiais e Equipamentos Para a Rede de Telefônica e Mão de Obra Especializada - CRAS e

CREAS

Pelo presente **Termo De Ratificação**, tendo recebido nesta data, parecer técnico da Comissão Permanente de Licitação, designada através de Portaria nº 2233/2020 e do reconhecimento da presença de requisitos exigidos pelo art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93, **RATIFICO** a referida Processo Dispensa bem como encaminho o presente processo para o Departamento Competente para as devidas providências quanto à aquisição e contratação do objeto em epígrafe.

Ibaiti, 15 de Outubro de 2020

ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO

Prefeito Municipal Contratante



Estado do Paraná CNPJ nº 77.008.068/0001-41 Departamento de Licitações e Contratos

EXTRATO DO ATO DE PROCESSO DE DISPENSA N.º 86/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Ibaiti.

Contratado: NEREI VALENTIN - ME, inscrita no CNPJ nº 82.587.288/0001-07

Objeto: Materiais e Equipamentos Para a Rede de Telefônica e Mão de Obra Especializada - CRAS e CREAS.

Dotação Orçamentária:

Dotações					
	Conta da despesa	1 5		Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	5730	10.001.08.243.0008.2079	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	5770	10.001.08.243.0008.2079	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2020	5850	10.001.08.243.0008.2081	940	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2020	5870	10.001.08.243.0008.2081	940	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Valor Total: R\$ 3.968,00 (Três Mil, Novecentos e Sessenta e Oito Reais).

Vigência: 30 Dias.

Fundamento: Art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93.

Foro: Comarca de Ibaiti, Estado do Paraná.

Ibaiti,15 de Outubro de 2020

ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO Prefeito Municipal Contratante

> NEREI VALENTIN - ME NEREI VALENTIN - 710.873.039-15 Contratado